

# Jornal Senado Mulher

Informativo Mensal da Procuradoria Especial da Mulher do Senado

## Bancada feminina unida contra o feminicídio

**A** Procuradoria Especial da Mulher marcou presença em mais um evento de repúdio a atos criminosos praticados contra mulheres.

A Senadora Regina Sousa (PT-PI) participou em nome da bancada feminina da abertura do seminário “Lei do Feminicídio: Processo Histórico, Aplicação e Desafios”, realizado no Auditório 3 da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB, no dia 28 de junho.

Regina destacou a importância do rigor na aplicação da lei do feminicídio e lembrou a luta de senadoras e deputadas no combate a todas as formas de violência contra a mulher.

Ela citou como exemplo a criação da Comissão Externa da Câmara dos Deputados destinada a acompanhar a apuração e ações vinculadas aos crimes de estupro em todo o território nacional. “O feminicídio é uma situação-limite. A pena deve ser aplicada, mas não devolve a vida da mulher. Já os casos dos estupros no Rio de Janeiro e no Piauí, entre outras agressões, são exemplos de situações igualmente inaceitáveis e devem ser repudiadas por toda a sociedade, de forma educativa, porque a denúncia é a melhor arma para poupar a vida das mulheres”, alertou.



Senadora Regina Sousa fala em seminário na UnB sobre feminicídio

Organizado pela Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal (SEDESTMIDH); o encontro contou com o apoio de diversas entidades que buscam diminuir os índices de violência contra a mulher no DF e em todo o país.

Participaram da abertura do evento Márcia Rollemberg, colaboradora do Governo de Brasília; Erika Kokay (PT-DF), deputada federal; Joe Valle, secretário da SEDESTMIDH, Ivan Marques, reitor da UnB; Maria Fátima de Sousa, diretora da Faculdade de Ciências da Saúde da UnB; Vera Lucia, secretária-adjun-

ta de Políticas para as Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos; Lúcia Bessa, subsecretária de Políticas para as Mulheres; Wilma Rodrigues, presidente do Conselho dos Direitos das Mulheres do Distrito Federal; Ben-Hur Viza, juiz do Tribunal de Justiça do DF; Thiago Pierobom, promotor de Justiça MPDFT e Ana Cristina Santiago, delegada da DEAM-DF.

No mesmo dia foi criado núcleo de enfrentamento ao feminicídio. Saiba mais em: <http://www.agenciabrasilia.df.gov.br/2016/06/28/df-ganha-nucleo-de-combate-ao-feminicidio/>.

## Senado aprova iniciativas de proteção às mulheres



Jefferson Rudy/Agência Senado

**PEC nº 43/2012** - A proposta inclui a mulher vítima de violência entre os beneficiários da política de assistência social estabelecida pela Constituição e foi aprovada em dois turnos no Plenário. De autoria da Senadora Marta Suplicy (PMDB-SP) e relatada pelo Senador Paulo Paim (PT-RS), a PEC será agora analisada pela Câmara dos Deputados.

**PLS nº 75/2012** - O projeto proíbe o uso de algemas nas mulheres em situação prisional que estejam em trabalho de parto. De autoria da Senadora licenciada Maria do Carmo (DEM-SE), o projeto teve como relatora a Senadora Ângela Portela (PT-RR) e seguiu para apreciação na Câmara dos Deputados.



Gerardo Magela/Agência Senado

## Audiência pública debate crime de estupro

**A** discussão em busca de formas de combater e prevenir práticas criminosas de violência sexual contra mulheres movimentou o encontro na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado no dia 13 de junho.

A reunião entre especialistas e representantes de entidades de mulheres foi coordenada pelo Senador Paulo Paim (PT-RS), autor do requerimento da audiência. Segundo ele, há vários caminhos a percorrer para que os crimes sexuais sejam combatidos: “É preciso mudar mentalidade disseminada em nossa sociedade de que a culpa é da vítima”, alertou.

Segundo dados divulgados pelo Fórum de Segurança Pública, no Brasil, a cada 11 minutos uma mulher é violentada. Em 2014, foram registrados 47.646 casos e cinco mil outras notificações de abuso ou de atentado violento ao pudor. Estima-se que apenas 10% das violações e 35% dos outros tipos de crimes sexuais sejam oficialmente contabilizados. Na opinião de Junéia Martins Batista, da Central Única dos Trabalhadores (CUT), “o alto número de casos registrados e de casos subnotificados revela uma triste realidade: o Brasil tolera e incentiva o estupro, a ponto de podermos afirmar que o crime faz parte da nossa cultura”.

Valeska Zanello, pesquisadora do Conselho Federal de Psicologia (CRP), acredita que “a interelação feita pela nossa cultura acerca das mulheres é de que elas se coloquem no



Senador Paulo Paim (PT-RS) preside encontro na Comissão de Direitos Humanos

lugar de objeto de desejo”. A saída, de acordo com ela, “é aprimorar as leis não só para proteger contra a questão da violência, mas pela intervenção social e mudança cultural”.

### “Pesquisa aponta 130 casos de estupro por dia no Brasil”

Também participaram da audiência: Aline Marques, da Comissão de Combate à Violência Familiar da OAB-DF; Clementina Bagno, do Fórum de Mulheres do Distrito Federal e Entorno; Aisla Amorim, advogada da Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero; Sônia Maria Zerino da Silva, diretora da Secretaria para Assuntos da Mulher da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST); Eurídice Almeida, diretora nacional na Coordenação de Mulheres; Carolina Costa

Ferreira, doutora em Direito, Estado e Constituição; Maria Castanho Ansarah, do Projeto Onda Escola: Centro de Ensino Médio Asa Norte (CEAN); Márcia Hora Acioli, assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC); Soraia da Rosa Mendes, doutora em Direito pela Universidade de Brasília (UnB); Jolúzia Batista, do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA); Silvia Badim, coordenadora dos Direitos das Mulheres da Diretoria da Diversidade (UnB); Mozarte Simões da Costa Junior, da Fasubra Sindical; Neliane Maria, da ONG Rosas pela Democracia; Lucimary Santos Pinto, diretora de Assuntos Internacionais e coordenadora dos Comitês de Gênero, Raça, Jovens e LGBT da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Saúde (CNTS); Carmem Faro, vice-presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Gerardo Magela/Agência Senado

## Randolfe Rodrigues apresenta voto de aplauso ao STF



**O** Senador enalteceu o Supremo Tribunal Federal pela decisão de transformar o Deputado Jair Bolsonaro (PSC-RJ) em réu em duas ações penais por injúria e apologia ao crime.

A Suprema Corte respondeu no dia 21 de junho à denúncia apresentada pela Procura-

doria-Geral da República (PGR) de queixa-crime da Deputada Maria do Rosário (PT-RS).

Em dezembro de 2014, Bolsonaro disse em discurso no plenário da Câmara dos Deputados e em seguida afirmou a jornais que a parlamentar “não merecia ser estuprada”, por ser “muito feia”, afirmando que “jamais a estupraria”.

A declaração do Deputado feita há mais de um ano gerou imediata reação de entidades de direitos humanos e de diversos setores da sociedade, que desde então pedem providências ao Poder Público.

Em discurso no plenário do Senado, Randolfe Rodrigues (Rede-AP) defendeu a proteção do direito de o parlamentar manifestar suas opiniões políticas, mas que “a apologia ao estupro nunca foi, nunca será, assim como a corrupção, abarcada e protegida pela imunidade parlamentar”, declarou.

Para Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher do Senado, a

postura do Deputado representou inaceitável exaltação à violência. Ela elogiou o Senador Randolfe e saudou o STF pela decisão. “Espero que estejamos vivendo novos tempos, em que aqueles que praticam crimes, sobretudo contra mulheres e minorias, não continuem impunes. A impunidade é irmã gêmea e melhor amiga da violência”, frisou.

Maria do Rosário também saudou a Suprema Corte: “É mais um passo na construção de uma sociedade em que as mulheres sejam respeitadas em todos os espaços e valorizadas enquanto sujeitos de direitos”, garantiu.

O voto de Randolfe teve apoio dos Senadores José Pimentel (PT-CE); Lindbergh Farias (PT-RJ); Regina Sousa (PT-PI); Fátima Bezerra (PT-RN); Cristovam Buarque (PPS-DF); Paulo Paim (PT-RS); Elmano Férrer (PTB-PI); Antonio Carlos Valadares (PSB-SE); Telmário Mota (PDT-RR); Ângela Portela (PT-RR); João Capiberibe (PSB-AP) e Paulo Rocha (PT-PA).

Pedro França/Agência Senado

## Senado destinará vagas de contratos de mão de obra a mulheres vítimas da violência

Eliza Eikisa/ Agência Brasil



**O**s próximos contratos de terceirização de mão de obra do Senado destinarão 2% das vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica em decorrência de violência doméstica e familiar.

Segundo a diretora-geral da Casa, Ilana Trombka, o objetivo é dar oportunidade para que essas mulheres consigam se inserir no mercado de trabalho e, assim, não serem obrigadas a voltar ao ambiente de violência. A iniciativa pretende também inspirar outras instituições a desenvolverem projetos semelhantes.

O ato da Comissão Diretora que institui o programa foi publicado na no dia 24 de junho no Boletim Administrativo do Senado. A exigência é que o contrato envolva cinquenta ou mais trabalhadores, e as mulheres atendam à qualificação profissional necessária para realização do trabalho.

Ilana relata que a ideia nasceu após a participação do Senado, em março deste ano, na campanha do Governo do Distrito Federal de coletar bolsas femininas, com itens de higiene e vestuário, para mulheres que vivem provisoriamente na Casa Abrigo para fugirem da violência doméstica e, muitas vezes, de ameaças de morte. É um lar transitório onde recebem assistência psicológica e capacitação profissional. Após três meses, no entanto, elas são obrigadas a deixar o abrigo.

Fonte: Intranet/Comunicação Interna do Senado Federal

— Eu fui estudar o que fazem essas mulheres depois de três meses: elas vão para a rua, com filhos, sem emprego, sem casa. Quando têm uma família que apoia, ainda vai. Mas se a família não é daqui o que acontece com essas mulheres? Elas invariavelmente voltam para o agressor, porque não têm nenhuma outra perspectiva. Se tinham emprego, acabam perdendo, porque passam três meses escondidas.

Conforme Ilana, a única forma de manter

**O que nós, o Senado, poderíamos fazer? Foi aí que veio a ideia de um ato que garantisse um percentual de vagas, nos nossos contratos de terceirização, para mulheres em situação de vulnerabilidade.**

essas mulheres afastadas do ciclo de violência é inseri-las no mercado de trabalho. Com um salário, elas podem sustentar a si e a seus filhos, além da retomada da autoestima através da vida produtiva.

— O que nós, o Senado, poderíamos fazer? Foi aí que veio a ideia de um ato que garantisse um percentual de vagas, nos nossos contratos de terceirização, para mulheres em situação de vulnerabilidade. Mais ou menos no mesmo sentido que a gente tem para as cotas para negros.

A ideia foi levada ao Comitê pela Promoção da Igualdade de Gênero no Senado, que, com a coordenação do diretor-geral adjunto de Gestão, Gustavo Ponce de Leon, elaborou uma proposta de ato, que recebeu o aval da Procuradoria Especial da Mulher no Senado.

O ato foi aprovado na última reunião da Mesa Diretora.

— A reunião foi muito tranquila. A própria senadora Angela Portela (PT-RR) elogiou muito. Todo mundo percebe que é uma contribuição e um exemplo no sentido de mudar a realidade. É através da mudança de pequenas realidades que a gente consegue mudar a grande realidade. Isso não acaba com a violência, que é uma questão de educação e bem mais profunda. Mas dá oportunidade para que algumas famílias passem a ter uma vida sem violência — diz Ilana.

### Empresa

Segundo Gustavo Ponce de Leon, a ideia é que a seleção para participar do programa seja feita pela empresa, para que ninguém saiba quais são as mulheres incluídas no programa. O objetivo é evitar que elas sejam vítimas de preconceito. Assim mesmo, a Diretoria-Geral Adjunta de Gestão pretende construir uma solução que poderá ajudar a empresa a ter acesso ao cadastro de vítimas de violência doméstica encaminhadas pelas delegacias, ou por ordem judicial, a instituições de atendimento à mulher. Uma dessas instituições é a Casa Abrigo do Distrito Federal.

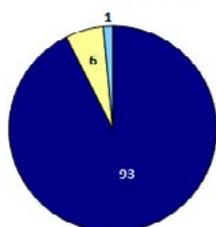


Jonas Pereira/ Agência Senado

Anúncio de benefício à mulheres vítimas de violência.

## Participação de mulheres no serviço militar trará vantagens ao Brasil

Você é a favor ou contra a presença de mulheres nas Forças Armadas do Brasil? (%)



■ A favor  
■ Contra  
■ Não sei ou prefiro não responder

O PLS 213/2015, de autoria da senadora Vanessa Grazziotin, foi tema da enquete, realizada entre os dias 16 de março a 18 de abril de 2016, e recebeu o apoio de 83% dos participantes. O projeto altera a redação do inciso 2º do artigo 2º da Lei do Serviço Militar (Lei 4.735/1964), para

garantir às mulheres prestação voluntária desse serviço, de acordo com as suas aptidões, e no ano em que completarem 18 anos. A maioria dos internautas, 81%, acredita que a maior participação de mulheres no serviço militar trará benefícios para o país.

Fonte: Instituto DataSenado

## Rio Grande do Sul tem Procuradoria Especial da Mulher

Guerreiro/AL-RS



Deputadas comemoram inauguração do Espaço de Empoderamento da Mulher

A sala inaugurada no dia 21 de junho mereceu reverência da Deputada Silvana

Covatti (PP), primeira mulher a presidir o Legislativo gaúcho em 180 anos.

A conquista da bancada feminina mobilizou as nove parlamentares, 16% do total de 55 cadeiras. Stela Farias (PT), procuradora da Mulher, celebrou o espaço ligado à presidência da Casa: “A sala consolida a Procuradoria como órgão institucional”.

Em vídeo, as Senadoras Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), procuradora Especial da Mulher do Senado, e Ana Amélia (PP-RS) cumprimentaram as parlamentares gaúchas pela inauguração.

Compareceram as Deputadas Manuela D’Ávila (PCdoB); Zilá Breitenbach (PSDB); Mirian Marroni (PT); Liziane Bayer (PSB); e Regina Fortunati (Rede), lideranças políticas, representantes de órgãos públicos e entidades de mulheres.

Acesse: <http://www.al.rs.gov.br/procuradoriadamulher/>.

## Mais Mulheres na Política chega a Minas Gerais e ao Pará

**Belo Horizonte:** a capital mineira acolheu a campanha da bancada feminina pelo empoderamento político da mulher no dia 23 de maio, em evento organizado pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados e apoio da Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG).

Lideranças políticas femininas, entre deputadas, vereadoras e representantes de entidades de mulheres lotaram o auditório da FIEMG na expectativa de compartilhar informações e colher subsídios com vistas às eleições municipais de outubro deste ano.

A coordenadora da Bancada Feminina da Câmara, Dâmina Pereira (PSL-MG), saudou o evento: “Nossa luta é pela democracia, pela participação e pelo fortalecimento do Poder Legislativo”. Já a Deputada Jô Moraes (PCdoB-MG) chamou candidatas a assumirem o papel de protagonismo nas eleições: “Só colocam mulheres para distribuir panfleto em época de campanha política. É pre-



Deputada Dâmina Pereira fala na campanha ciso lembrar que a igualdade é feminina, a democracia é feminina e precisamos colocar as mulheres nas Câmaras Municipais. Nós somos boas para sermos eleitas e não para fazer apenas campanha”, alertou.

**Belém:** o lançamento aconteceu na Assembleia Legislativa no dia 10 de junho em audiência promovida pela Procuradoria Especial da Mulher do Senado e pela Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados. A Deputada Elcione Barbalho (PMDB-PA), procuradora da Mulher na Câmara, conduziu

os trabalhos na condição de única representante feminina na bancada federal no Pará, estado que não conta com nenhuma senadora. “Se as mulheres não tiverem quantidade, se não houver uma representação maior, sempre vamos esbarrar em dificuldade para aprovar e defender os direitos das mulheres”, salientou.

Compuseram a mesa as Deputadas Zenaide Maia (PR-RN); Gorete Pereira (PR-CE), Presidente da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher; e Fátima Pelaes, Secretária Especial de Políticas para as Mulheres no governo interino de Michel Temer.



Deputada Elcione coordena mesa de debates



## Especialistas debatem Zika vírus e microcefalia

**O** encontro do dia 15 de junho na Câmara dos Deputados, proposto pela Deputada Zenaide Maia (PR-RN), discutiu os impactos e consequências da grave epidemia na vida das mulheres.

Especialistas do Ministério da Saúde e da Fiocruz divulgaram boletim com a confir-

mação de 1.616 casos de microcefalia e outras alterações do sistema nervoso, sugestivos de infecção congênita em todo o país no período de outubro de 2015 a junho de 2016.

O programa *Pautas Femininas* com o resumo deste encontro será veiculado pela Rádio Senado no dia 8 de julho (sexta-feira), às 6h45min, com reprises na quinta-feira seguinte, às 21h, e na segunda-feira subsequente, às 6h.



Público lotou auditório na Câmara

Antonio Augusto/Câmara dos Deputados



Antônio Araújo / Mapa

**T**odos os dias testemunhamos a culpabilização da mulher em crimes cometidos contra ela mesma. O julgamento costuma passar por questões morais de conduta pessoal: a roupa que vestem, os lugares que frequentam, as escolhas sexuais que fazem.

Diante disso, precisamos falar sobre autonomia, conceito que está ligado a liberdade, independência e autossuficiência de qualquer um, independentemente do gênero.

Autonomia feminina significa capacidade de gerir sua vida livre de preconceitos e de valores morais preestabelecidos pelo patriarcado opressor e pela sociedade machista, efetuando racionalmente suas próprias escolhas.

A igualdade de direitos entre mulheres e homens, o fim do sexismo e do machismo revelam o caminho para uma vida livre e independente.

Para terem autonomia, as mulheres precisam de políticas públicas que amparem seus desafios diários. Políticas essas que devem ser feitas por mulheres e para mulheres. Por isso, precisamos sim do protagonismo femi-

no no meio político.

Salários inferiores desafiam a mulher na busca de autonomia, pois uma vida financeira independente é fundamental para se fazer escolhas próprias.

A decisão em relação aos seus direitos reprodutivos e a vivência de uma maternidade plena - com domínio do corpo inclusive nas decisões sobre parto e amamentação - são estruturantes para a autonomia do corpo feminino.

Os desafios são enormes. A luta é árdua. A força deve ser mantida e a coragem ilimitada. Mas continuaremos unidas com orgulho de sermos MULHER.

---

**“A igualdade de direitos entre mulheres e homens, o fim do sexismo e do machismo revelam o caminho para uma vida livre e independente.”**

---

Senadora Kátia Abreu  
Ana Luíza Costa, advogada

## Artigo

# Mulheres Negras Muito Além da Dor Histórias de Protagonismo

**O** mês de julho é marcado pela celebração do Dia Internacional da Mulher Negra Latino-americana e Caribenha. Nacionalmente, o dia 25 de julho foi instituído como o Dia Nacional de Tereza de Benguela e da Mulher Negra, pela Lei nº 12.987/2014. Homenageia-se a rainha do Quilombo do Quariterê, localizado no território do atual Mato Grosso.

Em geral, a representação midiática e histórica das mulheres negras no período da escravidão denuncia as opressões que recaem sobre elas, sendo o racismo e o machismo as mais evidentes. No entanto, essa representação focada no sofrimento e na vitimação perpetua uma memória simplificada sobre o lugar ocupado pela mulher negra na história da humanidade. Além da denúncia necessária, a proposta da celebração do dia 25 de julho é contar uma versão nova dessa história, rerepresentando nossas ancestrais como mais que sofredoras.

Mostrar que, como Tereza de Benguela, elas também foram líderes políticas, estrategistas de guerra. Ou ainda, que foram civilizadas da nação brasileira, na figura das “mães pretas” – as primeiras a “abrasileirar” o português falado pelas crianças da elite. Além disso, há que se celebrar as diversas estratégias de resistência e o potencial

criativo das mulheres negras na atualidade. Como exemplo, temos o festival “Latinidades”, realizado anualmente em Brasília na última semana de julho: um espaço planejado para fazer ecoar a história protagonizada por essas mulheres, evidenciando suas complexidades e potencialidades.

*\*Por Maysa Gonzaga Ferreira, graduanda de Sociologia na UnB, estagiária do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal*

FESTIVAL  
**LATINIDADES**  
25 A 31 DE JULHO • MUSEU NACIONAL BRASÍLIA - DF  
ATIVIDADES FORMATIVAS  
MÚSICA LITERATURA GAMES  
CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS  
CINEMA MODA ESPAÇO KIDS  
FEIRA E MUITO MAIS!  
WWW.LATINIDADES.COM